

## ESTRANHAMENTO E DESUMANIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA PÚBLICA

Eduardo Pinto e Silva<sup>1</sup>  
João dos Reis Silva Júnior<sup>2</sup>

### RESUMO:

Este texto analisa as implicações do modelo de avaliação heterônomo nas relações de trabalho de uma amostra de sete instituições federais de ensino da região sudeste. Considera que tal modelo se constitui no contexto da acumulação flexível e da progressiva importância do trabalho imaterial no processo de valorização do capital. O trabalho do professor e as práticas universitárias tendem a se configurar, predominantemente, como utilitárias, pragmáticas e competitivas. O produtivismo acadêmico e as relações de trabalho são marcadas pelo individualismo e competitividade. Busca ainda desvendar o fetiche do prazer no trabalho acadêmico-científico, que se revela como processo de deterioração das relações de trabalho e de estranhamento em relação às objetivações do trabalho intensificado e precarizado do professor. As práticas avaliativas heterônomas tendem a fazer com que as propriedades da atividade humano-genérica sejam uma possibilidade demasiado limitada. Conclui que a ideologia do produtivismo acadêmico produz consequências prejudiciais à vida sócio-familiar e à saúde, assim como implica em um processo de desumanização.

*Palavras-chave:* pós-graduação; trabalho do professor; avaliação heterônoma; produtivismo acadêmico; relações de trabalho.

## STRANGENESS AND DEHUMANIZATION IN LABOR RELATIONSHIPS IN THE INSTITUTION OF PUBLIC HIGHER EDUCATION

### ABSTRACT:

This paper analyses the implications of the heteronomous assessment model in labor relationships in a sample of seven federal higher education institutions in the Southeast region. Such model is considered as being constituted in a context of flexible accumulation and increasingly importance of immaterial work in the process of capital enhancement. The professors' work and the university practices tend to be predominantly utilitarian, pragmatic and competitive. The academic productivism and the labor relationships are remarkable for involving individualism and competitiveness. The paper also aims at unveiling the fetish of pleasure in scientific academic work, which is revealed as a process of deterioration of labor relationships and strangeness concerning the professor's objectification of intensified and precarious work. The heteronomous assessment practices tend to make the properties of the generic human activity an excessively limited possibility. It is possible to conclude that the academic productivism ideology causes harmful consequences to health, family and social life, implicating in a dehumanization process.

*Keywords:* post-graduation; professor's work; heteronomous assessment; academic productivism; labor relationships.

A ciência, a tecnologia e o trabalho imaterial adquirem lugar cada dia mais proeminente no processo de produção do valor e de exploração e superexploração da força de trabalho (...) não são casuais as políticas e medidas criando agências reguladoras e de fomento (...) a pretexto de avaliação e prestação de contas (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009, p.233-234).

## Introdução

Discutimos neste trabalho o tema da avaliação dos programas de pós-graduação em universidades públicas brasileiras e suas implicações para o trabalho do professor e para as relações de trabalho. Consideramos que, no contexto da acumulação flexível do capital e da progressiva importância do trabalho imaterial do professor pesquisador no processo de valorização do capital, e do cotidiano das instituições federais de educação superior, permeado pela gestão heterônoma, as práticas universitárias tendem a se configurar, predominantemente, como utilitárias, pragmáticas e competitivas, em que pese o esforço de intelectuais que persistem em contrapor, a tal pólo dominante, o seu pólo antitético: o da crítica ao fundamento do trabalho na universidade, de suas estruturas, de suas práticas avaliativas, baseadas em controles exógenos e na ideologia do produtivismo acadêmico, por meio da compreensão da economia política.

As discussões apresentadas apóiam-se em dados de pesquisa realizada por Sguissardi e Silva Júnior (2009) que resultou na publicação do livro “Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico”, e em análises preliminares de pesquisa em andamento, coordenada por Silva Júnior e Silva, cujos objetivos e formulações teóricas foram sistematizados no projeto de pesquisa intitulado “Os sentidos do trabalho do professor na universidade estatal pública mercantilizada”.<sup>3</sup>

## 1. A avaliação como elemento mediador da atividade humana e da negação do humano-genérico nas relações de trabalho

A atividade humano-genérica se caracteriza por ser orientada ontológica e teleologicamente pela consciência e pela pulsão subjetiva transformadora das objetividades socialmente postas, respectivamente, pelo fenômeno e dimensão fundantes do trabalho e do ser social: a necessidade da reprodução humana e a economia (LUKÁCS, 2010).

Em sua dimensão histórica, coletiva, prática e transformadora, a atividade humana se dá no interior de um horizonte estreito de possibilidades, passível de ser alargado, no sentido da humanização, ou mesmo restringido, em função de incapacidades objetivas e subjetivas, ou ainda, de descompassos entre determinismos e alternativas, meios e fins, conhecimentos latentes e não explícitos, e condições objetivas para sua realização, que, tal qual a contradição sociabilidade produtiva no capitalismo e subjetividade irredutivelmente humana, se configuram como uma unidade de contrários, elementos heterogêneos de um mesmo processo homogêneo (LUKÁCS, 2010, p.15-16; p.27).

A atividade humana, conforme argumenta Lukács (2010, p.16) em sua apropriação crítica da *dynamis* aristotélica, é uma potência, mas de uma “potência de duas coisas contrárias”, ou ainda, de uma “potência de ser e não ser”. Neste sentido, a atividade humana, em sua potência libertadora, ainda que sempre mediada pelo concreto, pela objetividade, de forma análoga à própria condição ontológica do ser social - cuja *práxis*,

em sua negatividade e/ou positividade, jamais se desligou ou se desligará da esfera orgânica da qual se constituiu por meio de um salto qualitativo, possibilitado pelo desenvolvimento do trabalho e do conhecimento em um longo processo histórico - encontra-se sujeita a revezes, no sentido de sua coisificação, sobretudo quando o pôr teleológico não é mais conduzido pelo sujeito, por sua consciência, mas sim por uma diretriz persuasiva e coercitiva de natureza institucional. Tal movimento abafa a condição humana, uma vez que a ação do ser social não se dá sob a orientação da ética, mas da competitividade.

A competitividade nas relações de trabalho induz a uma coletividade anômala, a uma falsa solidariedade ou a um fetiche de solidariedade. Conforme verificamos em inúmeros depoimentos, as relações de trabalho tendem a se tornar cada vez mais empobrecidas, esvaziadas de sua potencialidade humano-genérica. As relações, progressivamente esgarçadas, são induzidas por uma prática real de avaliação punitiva e discriminatória que produz uma hierarquia das instituições, dos programas e dos professores. A avaliação é orientada pelas diretrizes e modelos produzidos por e executadas pela CAPES, mas efetivada e reproduzida até mesmo por docentes que alegam não concordar com elas, mas que, na condição de coordenadores, as acatam.

A contradição entre discordar e acatar as diretrizes quantitativistas concretiza-se no cotidiano das instituições. Uma de nossas entrevistadas que, dizia ela, sempre teve uma postura transgressora, de se opor ao instituído, uma vez que isso havia lhe permitido, ao longo de sua trajetória de vida, agir em prol do social - dos excluídos, dos seres sociais cuja condição humana é predominantemente negada ou sequer vista pela maioria das pessoas, tais como as prostitutas, os meninos de rua, os leprosos e portadores do vírus HIV etc - nos relatou que, na condição de coordenadora de um programa de pós-graduação, teria negado a sua condição de ser social humana e transgressora, desta feita no sentido do estranhamento em relação a si mesma. Admitiu que, na posição da burocrata útil às orientações exógenas e heterônomas, viveu conflito e sofrimento. Porém, alegou que não lhe havia restado alternativa a não ser agir, na sua própria forma de perceber, de forma contrária à de sua condição humano-genérica tão presente em sua trajetória pessoal e profissional, descredenciando do programa professores de notório saber e importância na instituição em função dos critérios contábeis da ciência normatizada. Sofrimento, mal-estar, estranhamento: eis o que resultou da incorporação da teleologia com origem em valores instituídos pela CAPES.

Algo similar – contradição e conflito entre discordar e acatar a diretriz quantitativista - foi verificado em depoimento coletado por Bianchetti e Machado (2009, p.76) e interpretado mediante alusão ao conceito de *splitting* - originalmente formulado por Freud em “A divisão do ego no processo de defesa” para referir-se à dissociação psíquica defensiva de caráter inconsciente. De nossa parte, compreendemos que seus valores, constituintes de sua identidade em sua singularidade, foram negados conscientemente e, ao mesmo tempo, valores institucionais foram assumidos, causando-lhe estranhamento por meio desta sua atividade humana. Desenvolveu-se no ser social coordenador, por meio do estranhamento, um sofrimento em face da contradição entre a dimensão humano-genérico e a objetivação, por sua iniciativa, do normativo em detrimento do seu coletivo mais imediato. O docente-coordenador se revelou como sujeito dividido em face de uma contradição naturalizada. Alegou que sofria ao “*deixar um pouco de lado*” as suas convicções éticas, induzido pela heteronomia objetivada no seu agir como coordenador. Ao mesmo tempo, o naturalizava e, assim, chancelava a negação de si induzida pela teleologia estranha a si, mas não à alienada posição burocrática:

Eu como intelectual, como pesquisador, penso que o importante é a consistência, a relevância, a contribuição que o teu trabalho traz e acho que produzir pesquisa em educação não é um trabalho da fábrica, um trabalho em série onde todos produzem regularmente no mesmo tempo, a mesma quantidade... o mesmo número de páginas etc. Agora como coordenador, eu tinha que deixar até certo ponto de lado as minhas convicções e pensar que, na função de coordenador, eu tinha que zelar para que o programa fosse bem avaliado e tivesse o maior número de bolsas que fosse possível. Então, isso é muito, muito penoso. (In: BIANCHETTI; MACHADO, 2009, p.76).

Outro coordenador entrevistado (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009) considerou que as induções heterônomas o levaram a problemas de saúde, preocupação, produção em série de defesas no programa, muito influenciada pela dimensão econômica (concessão de bolsas). Ao verbalizar tais aspectos, admitiu que tal redundava em colocar pressão sobre os professores:

Emagreci em dois meses e meio 12 kg. Inclusive tive que fazer uma cirurgia pra fazer uma correção. Despenquei todo, porque fiquei preocupado com a situação do programa. Via que as coisas não estavam andando, tinha recém entrado como coordenador (...). Tinha que mostrar serviço e falei “temos que fazer as defesas”. O que aconteceu aqui no dia 22 de dezembro não acontece, eu não vi isso acontecer em lugar nenhum: foram sete defesas de mestrado e duas defesas de doutorado. Então, isso não existe, isso aqui ficou uma loucura (...) A Capes faz a gente correr com o tempo de titulação: “Vocês não podem passar [o tempo], porque se passar perde bolsa e, se perde bolsa, você perde o recurso acadêmico que é o PROAP” (...). Então, o que acontece aqui com a gente? Eu bato, claro que num bom sentido, nos professores e não nos alunos.

Outro de nossos entrevistados lamentou os prazos que prejudicam o espírito científico da dúvida, o imperativo categórico do intelectual colocado por si a si mesmo, de ir às últimas conseqüências em relação ao debater suas próprias teses e argumentos com base em teses e argumentos contrários. Tal docente relatou ter aprendido com seu pai, pesquisador e profissional de excelência, o que seria ser um intelectual e pesquisador autêntico. Para tal, argumentou, não seria possível fazer ciência com tempo marcado, muito menos com o tempo do sistema produtivo, do mercado, ávido por resultados eficientes e rentáveis nos prazos mais exíguos possíveis. Dizia ela, esbravejando: “*Ciência não se faz com pressa! Ciência não se faz encomendada! Ciência não se faz com horário marcado! E esse é o modelo de hoje*”.

Outro exemplo de conflito cuja contradição mobilizou estranhamento e sofrimento foi a de entrevistada cuja filha havia sido internada na UTI. No dia seguinte participaria de uma banca e levou a tese para leitura naquela situação. Em sua condição de profissional, lamentou ter feito uma má leitura. Na condição de mãe, culpou-se.

Caso tivesse sido uma dissociação plena, poderia ter ficado lendo, “esquecendo-se” da filha. Mas a dimensão humana, embora subsumida pela teleologia heterônoma e por ela incorporada, num movimento de negação de si, não havia sido suprimida. Ficou com o pé em duas canoas, sem permitir que prevalecesse a mãe sobre a professora. Não teria sido possível convocar o suplente? Porque nos deixamos ser envolvidos por demanda do trabalho que nos deixam não raramente reféns dele, em prejuízo aos nossos entes queridos e a nós mesmos? Eis algumas questões que serão aqui adiante melhor discutidas, ainda que as respostas sejam provisórias.

Por ora apenas salientamos que tende a se concretizar uma prática avaliativa punitiva e discriminatória na instituição universitária neoprofissional, heterônoma e competitiva (SGUISSARDI, 2009) que, com base em uma mesma fita mensuradora utilizada em distintas áreas e campos de conhecimento (BIANCHETTI; MACHADO, 2009), produz um processo de igualação entre existências distintas, de modo a subsumir o humano ao contábil.

Nossa proposição é clara e pode ser assim sintetizada: no contexto de hegemonia do pragmatismo tecnológico-científico se verifica progressivamente a submissão das pautas de pesquisas ao mercado e ao sistema produtivo. A articulação entre Ciência e Tecnologia e a subsunção do saber ao capital, concretizada por meio da gestão do fundo público direcionado à sua valoração, pode ser compreendida como predominante, afetando todas as áreas e instituições de educação superior. A política educacional submete-se à política monetária do Estado gestor e à macrogestão da economia. O aumento de práticas educacionais rentáveis inscreve-se no interior da lógica de minimização de custos e de maximização da eficiência. Assim, as práticas universitárias reorganizam-se conforme a matriz política, teórica e ideológica da Reforma do Estado, de modo a se valorizar o conhecimento prático e útil, notadamente por meio da produção de valor do trabalho imaterial.

De modo alinhado ao papel central do conhecimento nas atuais formas de reprodução e valorização do capital, a gestão heterônoma de sete IFES da região Sudeste, induzida pela CAPES, responsável pela reorganização e avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil, induz docentes à pesquisa aplicada. Prevaecem práticas universitárias voltadas aos ditames e problemas do crescimento e rentabilidade econômicos sobre aquelas (focalmente) dirigidas aos problemas sociais.

A função de controle e regulação da produção científica da CAPES articula-se ao papel indutor do CNPq que, por meio de editais, convênios e fundos de natureza variada, possibilita que a universidade pública, em sua condição de objetivação do fundo público, mobilize o trânsito dos pesquisadores entre a universidade e o setor produtivo e a valorização do capital, movimento este que implica na imposição do tempo da economia ao tempo da produção e criação do conhecimento.

Não obstante as tendências utilitárias e imediatas (tempo da esfera econômica) das políticas educacionais, as práticas educacionais não estão plenamente fadadas à mera reprodução da ordem dominante, já que no cotidiano são inelimináveis as contradições da reprodução social que a ela se contrapõem. Na “*reconfiguração organizacional e identitária*” das IFES pesquisadas, há práticas reprodutoras, mas também reatoras às orientações, determinações ou imposições da Reforma do Estado (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, p. 19-20).

As práticas avaliativas heterônomas, a intensificação do trabalho, a competição desmesurada entre pares e instituições são elementos que se relacionam entre si e, tal conjunto, à produção e reprodução da valorização do capital, a despeito dos subterfúgios que os justificam e que “*a pretexto de avaliação e prestação de contas (accountability)*”,

impõem “*parâmetros de eficiência e qualidade/quantidade a baixo custo, com intensificação e precarização do trabalho dos professores pesquisadores*” (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009, p.234).

## 2) A naturalização da intensificação do trabalho sob os auspícios das práticas avaliativas

A vantagem de que gozavam estes cegos era o que se poderia chamar a ilusão da luz. Na verdade, tanto lhes fazia que fosse de dia ou de noite, crepúsculo da manhã ou crepúsculo da tarde, silente madrugada ou rumurosa hora meridiana, os cegos estavam sendo rodeados duma resplandecente brancura, como o sol dentro do nevoeiro. Para estes, a cegueira não era viver banalmente rodeado de trevas, mas no interior de uma glória luminosa (SARAMAGO, 2008, p.94).

O trabalho intenso e os parâmetros de avaliação dos programas e professores tendem a ser naturalizados e, desse modo, reproduzidos por eles que, não raramente, sofrem ou mesmo adoecem, criando-se uma cegueira que, em alusão a Saramago (2008), poderia ser adjetivada como branca, uma vez que nela a escuridão se apresenta como luz.

Considerando-se a cegueira ou ilusão da luz de não somente coordenadores de programa cujas objetivações são contraditórias à condição humano-genérica, mas também dos professores, partícipes da reprodução de um modelo que limita sua condição humana, faz-se necessário destacar aspectos relacionados à subjetividade dos trabalhadores, inevitavelmente articulados e engendrados pelo que denominamos sociabilidade produtiva, produtora e reprodutora de relações de trabalho com base em uma falsa solidariedade, na qual o coletivo é referido tão somente como elemento necessário para que projetos individuais não sofram prejuízos, sendo o elemento grupal mero acessório, por isso falso.

O questionamento sobre a aderência dos professores ao ardid do produtivismo acadêmico é algo que ainda necessita ser reconhecido por muitos, já que muitos o naturalizam e, portanto, não o questionam, assim como é imprescindível à prática daqueles que o compreendem (no plano teórico) e que precisam objetivar o que incorporaram criticamente no plano gnosiológico. As respostas a tal enigma ainda são provisórias (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI; SILVA, 2010) e necessitam ser amadurecidas, dada sua complexidade e as mediações institucionais, culturais, econômicas, políticas, organizacionais, grupais e subjetivas envolvidas. Este questionamento também é feito por outros pesquisadores que fazem alusão à noção de “*servidão voluntária*” de La Boetie (1986) e se perguntam: qual seria a “*doçura venenosa*” que adoça a servidão? Ou ainda: o que tornaria a “*servidão*” uma espécie de “*objeto de desejo*”?

Podemos considerar que na gestão heterônoma das instituições universitárias se reproduz muito da lógica da dominação das multinacionais e do discurso manipulativo das empresas (PAGÉS, 1986; PELLEGRINI, 2010). Ao abordar criticamente o discurso pedagógico de uma empresa, como processo de manipulação de seus alvos (os trabalhadores), Pellegrini (2010, p.76-84) relaciona o individualismo a três aspectos que consideramos presentes nas universidades: “*a intensificação do trabalho e o aumento do sofrimento subjetivo*”, “*a neutralização da mobilização coletiva*” e “*a emergência da estratégia coletiva do silêncio, cegueira e surdez*”.

A cegueira e a surdez em relação ao sofrimento infligido ao par pelo Outro que, no entanto, é o Mesmo (BORGES, 2009), tende a criar um silêncio em relação aos processos de saúde-doença dos professores. Não obstante, o cegar-se frente a tais processos e ao sofrimento do Outro (o Mesmo) e de seu agir contra este Outro-Mesmo, reiterado nas práticas universitárias e relações de trabalho competitivas e esgarçadas, são já questionados (EMILIANO, 2008; BIANCHETTI; MACHADO, 2007).

O coletivo se configura como mera aparência, ilusão institucionalmente instigada pela cotidianidade da IFES. A alienação, que toma forma de sociabilidade produtiva, se expressa tanto em surdez e cegueira como em acusação, assédio moral etc.

Mas quem olha o Outro e o condena ao descredenciamento (ou não credenciamento) da pós-graduação? Quem dá de ombros ao sofrimento do colega e não o enxerga? Uma das professoras entrevistadas expressou-se em relação ao como era manipulada e seduzida pelo artilho do produtivismo acadêmico: *“Acho que eu tenho uma paixão que eu não consigo explicar. Eu realmente não tenho resposta. Eu vejo que sou explorada, mas eu compactuo com essa exploração”*. Tal exploração se configura como uma armadilha institucional que é mais eficaz quanto mais ensejada pelo seu alvo:

De onde ele pegou tantos olhos, com os quais ele vos olha, se vós não os abrir para ele? Como tem ele tantas mãos para bater em vós, se ele não as toma de vós? Os pés com os quais ele pisa vossas cidades, de onde ele os tem, se não são os vossos? Como tem ele poder sobre vós senão por vós? Como ousaria ele vos atacar, se não estivesse em combinação convosco? (PAGÉS, 1986, p.143).

Vale também a referência à bolsa-produtividade, espécie de objeto do desejo dos professores-pesquisadores que aderem e acentuam, na prática universitária, a sociabilidade produtiva, capital acadêmico que confere *status* ao professor no mercado onde ele vende sua força de trabalho. O professor contemplado por tal bolsa tem seus desejos e necessidades produzidos pela ideologia do produtivismo acadêmico instigados e tende a apaixonar-se pela imagem auto-enaltecida de si. Cai na armadilha da busca por alternativa para a compressão salarial, submetendo-se a um cotidiano estressante e competitivo, ao trabalho intensificado e até mesmo às *“férias no papel”*, como declarou um dos depoentes. Convive, assim, com o que foi referido como *“coisa massacrante”* e *“sarrafos da CAPES”*, numa ambivalente mescla de desgaste e falsa auto-satisfação.

A gestão heterônoma possibilita a manipulação e o uso útil, para o capital, do trabalho do professor, nele inculcando o ideário e o enaltecimento da nova cultura da instituição universitária, ao qual ele é induzido a perseguir e à qual ele procura, manipulada e ilusoriamente, se assemelhar. O que poderia ser denominado como gestão do prazer-angústia (PAGÉS, 1986) se objetiva em um fetiche do prazer, acompanhado por ilusão de privilégios e de imposição, tão sorrateira quanto insidiosa, de fortes restrições (jornadas de trabalho prolongadas, disposição integral à universidade, limitada vida sociofamiliar etc). Engendra-se uma complexa (auto) submissão à nova cultura universitária, aos ditames heterônomos da gestão, de modo a propiciar a negação do sujeito e traços rasgados de uma instituição totalitária.

Produz-se, assim, um fetiche de paixão não explicável, abordada por Silva Júnior e Silva (2008) e por Sguissardi e Silva Júnior (2009) com base na metáfora da droga. O fetiche produzido se assemelha ao processo no qual uma substância passa a fazer parte de

si, criando a sensação de que, sem ela, não se pode mais viver; substância que dá prazer, mas gera angústia, e com a qual se cria uma relação de dependência. Nas palavras de um dos entrevistados:

“(...) a pessoa, quando é pesquisadora, é quase como um distribuidor de *droga*, porque isso pega. E eu acho que o pessoal que lida com isso sabe dessa verdade, então usa e abusa da gente (...). Porque você só faz ciência realmente se tiver uma *paixão fora de série* (...). Quando a pesquisa pega em você, fica muito difícil você abandonar (...). Então você suporta as piores condições, porque o prazer de achar algo novo, o prazer de você estar destrinchando, abrindo fronteiras é algo que não tem preço (...). *Então você acaba fazendo nas piores condições e, nas piores condições, você continua fazendo*”.

Pela mediação do fetiche da paixão produz-se o professor que é seduzido a compactuar com a exploração, extensão, intensificação e precarização do trabalho e que tende a moldar sua identidade à atual cultura da instituição universitária, produzida no interior de um movimento cujo foco é o da valorização do capital. Nas palavras de um dos depoentes: “*tem que tomar muito cuidado com a empresa privada porque você não pode ficar na condição subalterna em relação à empresa privada, quer dizer, a universidade não pode ser prestadora de serviço*”.

A imposição e auto-imposição do produtivismo, além da competitividade e das relações de trabalho que tendem anular o sujeito, produzem também o escambo na universidade. Nas palavras de um dos depoentes, torna-se corriqueiro, sob o olhar controlador-complacente do modelo CAPES-Lattes, combinar-se o seguinte: “*você põe o meu nome no seu artigo que eu ponho o seu no meu*”. Fato freqüente em casos de produções de orientandos que são partilhadas pelos orientadores.

A armadilha do produtivismo, ao mesmo tempo induzida de forma heterônoma e auto-engendrada, fisga não somente orientadores. Segundo um dos depoentes: “*o aluno de pós-graduação, ele também é um agoniado*”. É importante salientar que a adesão ao modelo produtivista pelos professores e orientandos se faz, inicialmente, de certo modo, de forma deliberada. Mas aquilo que antes pudera ser relativamente deliberado passa a ser naturalizado. O trabalho intensificado tira-lhes o tempo do lazer, da família etc. Concretamente, ao naturalizar a nova identidade da nova instituição universitária, configura-se outra natureza de sociabilidade do professor.

### **3) O fetiche do prazer e da paixão no trabalho científico-acadêmico**

Nos depoimentos coletados havia uma quase unanimidade de reconhecimento de uma deterioração das relações e condições de trabalho, assim como da sua intensificação e precarização. A questão da competição e da busca por alternativas às compressões salariais também foram reiteradas, assim como o desarranjo da jornada e semana de trabalho e as referências ao estresse e/ou doenças profissionais. O reconhecimento e críticas às profundas mudanças ocorridas na prática universitária se mesclavam à referência ao fetiche do prazer na atividade de pesquisa: “*você só faz ciência realmente se tiver uma paixão fora de série*”.

Este fetiche de prazer em relação à atividade da qual muitas vezes o professor não consegue se desprender, a despeito do sofrimento, implica em uma tendência ao cumprimento cego de uma série de exigências de temporalidade exógena.



“É uma profissão que exige muito tempo da vida. Exige você sair fora um pouco da sua família porque você não tem um horário de trabalho, o trabalho avança, avança à noite na sua casa. Você leva artigos pra ler, você leva relatório pra ler, você está o tempo todo com a sua cabeça tentando responder aquela pergunta ou aquele questionamento que você está interessado em resolver. É isso que você faz com paixão. Eu costumo falar isso para os meus alunos: “Acabou o trabalho! *Não é mais trabalho! É uma paixão*”.

Afirmção diante da qual o entrevistado foi questionado pelo entrevistador: “ou droga também?”. Questionamento que suscitou resposta na qual se pode analisar o estranhamento de si mesmo no professor, que por vezes se interpõe ao fetiche do prazer de sua atividade e na qual ele suporta condições desfavoráveis e indutoras do sofrimento de seu trabalho: “*quando a pesquisa pega em você, fica muito difícil você abandonar (...). Você acaba fazendo nas piores condições e, nas piores condições, você continua fazendo*”. O conformismo ou a alienação parecem poder justificar-se pelo fetiche do prazer do trabalho. O trabalho já não seria mais trabalho, mas sim “*uma paixão*” que liberaria de culpa toda a eventual inobservância das regras da boa convivência familiar e da ética nas relações de trabalho. Outros depoimentos, de caráter ambivalente, vão em direção similar, no qual prazer, sofrimento e vida familiar refém do trabalho são colocados lado a lado.

Se por um lado havia depoimentos ambivalentes, por outro havia depoimentos que enfatizavam outras dimensões, ou seja, ora o prazer, ora o sofrimento. Um dos depoentes que acentuou o prazer, assim expressou-se:

“Bom, [a pós-graduação] é o lugar pelo menos onde você está se realizando mais, pelo menos em *fazer o que você gosta (...)*. Acho que a pós-graduação proporciona isso, sabe; esse envolvimento seu com temáticas que lhe interessam. A pesquisa traz uma *satisfação grande*, você constituir um grupo grande de pesquisadores que possa estar trabalhando com temáticas afins, repensando essa realidade. Porque isso tem desdobramentos (...). Quer dizer, que, apesar de toda essa produtividade que é exigida, as pessoas tentam transformar isso em função do que elas gostariam e gostam de fazer”.

Depoimento que se contrapunha ao qual a dimensão do adoecimento se explicitou:

“Eu tive duas labirintites nesse processo aí (...). A somatização é clara! A quantidade de professores com gastrite, depressão, ansiedade, tomando Ocadil, Rivotril. Antidepressivo, remédio pra dormir, remédio pra ficar acordado, maior loucura! Sabe que remédio pra ficar acordado não está sendo usado com tanta frequência? Não precisa. É porque o trabalho é a droga! Tem que tomar remédio pra poder desligar, porque você não consegue desligar! Ninguém precisa mais de café com coca-cola como antigamente (...). Discuto com os professores que sinalizam como fatores de produção de adoecimento a ausência de espaços coletivos”.

#### 4) A indissociação do tempo e espaço pessoais e de trabalho

Verifica-se uma crescente indissociação entre tempos e espaços da vida profissional e os tempos e espaços da vida pessoal e familiar. A maioria dos entrevistados afirma continuar as tarefas universitárias em casa com regularidade ocupando muitas horas noturnas e finais de semana.

O que talvez defina o grau desta indissociação é a supressão ou redução drástica do período obrigatório de férias:

“Eu sou a típica pessoa que não tira férias. A última vez que eu fiz uma viagem de quatro dias, que eu fui pro norte, pro litoral norte de São Paulo, se eu não me engano, foi em 2002 ou 2003” [entrevista realizada em 2007].

“Olha, a partir do momento que eu comecei a orientar na pós-graduação, eu acho que a atividade se exacerbou (...) *tirar férias... eu não tirava. Eu tirava no papel e não tirava na prática*”.

Uma das respostas à pergunta sobre se o trabalho da universidade ultrapassava as fronteiras do *campus* e afetava o cotidiano da vida pessoal e familiar foi bastante elucidativa dessa indissociação e da tendência de identificação do tempo familiar com o da prática universitária: “*eu estou levando trabalho pra casa todo dia à noite. Trabalho uma média de 12 horas por dia. Sábado e domingo geralmente eu estou lendo trabalhos em casa, que não deu tempo de ler aqui*”. Inquirida sobre sua atividade no dia anterior (domingo), respondeu que havia estudado “*o dia todo*” e, “*mesmo gripada*”, lido “*todos os projetos de mestrado*”. Para o feriado, que então se aproximava, se programava para um passeio num sítio, mas acrescentou: “*sempre [que] saio..., nunca vou viajar se não tiver 10, 12 artigos na malinha, nunca!*”.

O tempo da prática universitária, igualando-se ao tempo da economia, invade o tempo da convivência familiar: “*acho que a questão maior se reflete nas relações familiares pela pressão de trabalho e pela sobrecarga de trabalho. O tempo dedicado à família e ao convívio com a família é difícil (...). A família, às vezes, acaba sendo prejudicada.*”.

A prática universitária orientada pela imposição exterior e uniforme de parâmetros quantitativos da produção acadêmica põe-se como pano de fundo desta crescente indissociação do tempo e espaço pessoais e de trabalho dos professores pesquisadores. Para um dos depoentes, a indução do produtivismo acadêmico na pós-graduação poderia ser compreendida como um “*seqüestro de subjetividade*”, submerso a um sistema de poder sutil e pernicioso:

“A universidade seqüestra dos professores a subjetividade, porque vai além do que você produz ali fisicamente. O tempo inteiro ela está te sugando e usando controles sutis e sofisticados. E acho que é isso que a maioria dos professores não entende. Quando chega um novo tipo de gestão, um novo modelo organizacional: “Ah, vamos pra reunião discutir

gestão estratégica, qualidade total”. Toda hora vem alguém com uma história assim e a gente está cada vez mais trabalhando mais (...). Por isso eu digo que é o *seqüestro da subjetividade*, não é? (...). Então é um seqüestro. Eu não estou ganhando nenhum centavo a mais com isso. Estou com muito mais trabalho, mais irritação, mais problema, muita atividade administrativa de secretaria”.

O fetiche do prazer pelo trabalho se revela como “*loucura*”. As exigências, consideradas até certo ponto suportáveis, são também consideradas como passíveis de deixar de sê-lo: “*Eu acho isso uma loucura, o que estão fazendo com a gente e eu tenho consciência que está na hora de breicar isso (...). O pessoal agüenta os sarrafos da CAPES, mas acho que nós estamos chegando num limite*”.

### **5. Além das relações de trabalho esgarçadas: o sofrimento psíquico e o adoecimento**

Os estudos que relacionam o trabalho com os processos de saúde-doença são bastante diversificados e já possuem uma longa história. Podemos mencionar tanto os da economia política do período da industrialização (ENGELS, 1985) como os mais atuais, dentre os quais destacamos os da Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 2004). A insalubridade no local de trabalho, a alienação do trabalhador e de seus familiares, as extensas jornadas laborais e a teleologia da rentabilidade do trabalho já se fazia presente no mundo do trabalho analisado por Engels (1985) na década de 1840.

Na década de 1960, com a significativa intensificação do trabalho gerada pelo taylorismo-fordismo, o assunto saúde mental e trabalho ganhou dimensões semelhantes ao do movimento que lhe deu guarida: o estudantil e operário de maio de 68. Nas suas múltiplas manifestações, que questionaram conceitos presentes na sociedade moderna em todos os seus âmbitos, as expressões do tipo “saúde não se vende” ou “saúde não tem preço” se uniram às do tipo “*métro-boulot-dodô*” (metrô-trabalho-cama), que expressavam a cansativa rotina do trabalhador médio (SILVA; HELOANI, 2009).

Na academia francesa se consolidou a Psicodinâmica do Trabalho. Argumenta-se que o trabalhador não é um receptor passivo de agentes provocadores de doença, mas participa desse processo desenvolvendo papel significativo na criação de um sistema defensivo, eficaz ou não. As situações de doença e saúde não se opõem na análise das doenças decorrentes da organização do trabalho, sendo seus limites tênues e reversíveis. Os sofrimentos físicos e psíquicos têm relação com o modelo de gestão e organização do trabalho. Ressalta-se nesta corrente, entretanto, a incorporação, sem a cautela e rigor epistêmico, da medicalização ou psicanalização de conflitos históricos e estruturais decorrentes da reprodução social da vida humana na atualidade. Contudo, não se anula a importância da contribuição de Dejours (2004) para a análise do ambivalente fenômeno sofrimento-prazer no trabalho.

Dejours (2004) se pergunta por que muitas vezes os trabalhadores não adoecem de fato diante de pressões organizacionais desestabilizadoras. Argumenta que suas resistências podem evitar e afastar os perigos do adoecimento, mas que também podem a eles sucumbir. De nossa parte, compreendemos que elas são cada vez mais requeridas e menos eficazes diante da indução de processos de trabalho que se caracterizam por um estranhamento do trabalhador em relação à própria objetivação da sua atividade de trabalho, cuja propriedade latente tende a ser barrada pela possibilidade concreta.

Dada a pressão institucional, o trabalhador se vê num dilema: para trabalhar, deve transgredir; caso contrário, fica paralisado, o que também não pode ocorrer. Invariavelmente o indivíduo lança mão de “trapaças”, “jeitinhos” ou “gambiarra”

(*tricheries*)<sup>4</sup>. No caso da prática universitária, o faz, predominantemente, em sua possibilidade negativa, via escambo, antes referido, e não como estratégia consciente de que há uma prática universitária contraditória em que o pólo da humanização parece fenecer.

No caso do professor pesquisador, como argumentamos, predomina não o coletivo, mas sim o falso coletivo, a relação social como soma de práticas individuais, ou ainda, a produção do indivíduo predominantemente ensimesmado.

Alguns professores mais antigos das universidades federais, quando não adaptados à lógica do produtivismo rasteiro e da contabilização da produção, tendem a ser estigmatizados pelos dirigentes que a ela aderiram. Ao contrário do que se possa pensar, o indivíduo que sofre estigma pode não se retrair e aproximar-se do contato com o outro de forma agressiva, provocando uma série de respostas agressivas e desagradáveis, relacionáveis à desumanização das relações de trabalho.

A construção do coletivo no interior de uma gestão heterônoma e de relações de trabalho calcadas no individualismo e competitividade é significativamente dificultada no cotidiano do trabalho do professor.

A competição e a publicação como um fim em si mesmo redundam em estresse. As relações de poder, o individualismo e a competição adquirem proeminência. Segundo um dos professores, “*a concorrência*” estaria “*ficando violenta*” e estaria indo muito além do “*ocupar os espaços do saber*”. Ela se caracterizaria como “*um espaço de relações de poder*”, no qual os professores buscariam uma “*afirmação*” que favoreceria “*essa política da produtividade*”. Assim, apresentou seus argumentos em relação ao porquê os professores aceitariam imposições de produtividade: “*nessas relações de disputa*”, disse, buscariam “*estratégias de afirmação e de visibilidade*”.

## 6) Estresse e competitividade das relações de trabalho

“Eu já tive por causa do trabalho, do *estresse do trabalho*, eu tive uma gastrite hemorrágica e uma pneumonia junto e só fiquei afastada 20 dias. E foi por estresse, foi exatamente por essa *loucura* (...). Tem vários professores que seguem essa rotina (...). Eu tenho agora colocado que eu tenho que ter algum tempo pra mim, até porque eu tenho o colesterol alto”.

As consequências do trabalho intensificado não se limitam às restrições ao lazer e vida familiar, atingindo também a saúde do professor. Um dos aspectos mais presentes, na fala dos professores pesquisadores sobre a evolução da prática universitária ou da intensificação e precarização do trabalho é o que diz respeito à crescente incidência de estresse, doenças de cunho depressivo e consumo freqüente de medicamentos ansiolíticos.

“Tem um professor que teve problema de depressão forte. Outro colega também teve problema de depressão relacionada ao trabalho. A minha mulher mesmo, durante a tese de doutorado dela, tomou remédios para síndrome do pânico (...). Dois ou três alunos com aquela úlcera intestinal, extremamente relacionada com o sistema nervoso e com pressão e outros problemas que podem ser desencadeados pelo estresse e pela pressão”.

No entanto, alguns professores tendem a ocultar seu sofrimento, ao passo que a universidade não lhes oferece suporte ou nem sequer os reconhece: “*Eu, no momento, tomo ansiolítico. Estou revelando pra vocês. Eu não ia contar, mas eu tomo*”.

A sociabilidade produtiva e a prática universitária cada vez menos autônoma, dada a imposição exterior e uniforme da agenda e parâmetros quantitativos da produção acadêmica, pano de fundo da crescente indissociação do tempo e espaço pessoais e de trabalho dos professores, implicam em estresse que por vezes é psicologizado. Um dos entrevistados considerou que “*durante vários anos de análise*” teria se deparado com uma “*questão mal resolvida*”, que estaria sendo enfrentada “*de uns tempos para cá*” pelo par paciente-terapeuta: “*é uma coisa que o terapeuta sempre chama atenção, que é essa coisa de incapacidade de ter o meu tempo dissociado do trabalho*”.

O desgaste induzido tem relação com os contratos que se estabelecem entre professores e orientandos, cujos prazos são cada vez mais exíguos e submersos na ideologia da eficiência e eficácia. Segundo um dos professores, “*o trabalho na graduação*” seria um “*consumidor de tempo*”, ao passo que, “*na pós-graduação*”, se caracterizaria como um “*consumo emocional*”. Argumentou que o “*fator psicológico*” seria “*muito forte*” na pós-graduação e que tal atingiria de forma variável os professores que, de qualquer modo, convivem intensa e continuamente com alunos de mestrado e doutorado com quem celebram “*contratos de eficácia, digamos de eficiência*”. E concluiu: “*a pressão psicológica em cima de quem trabalha na área de pós-graduação é de outra ordem de grandeza, de outra natureza, e não é comparável [com a da graduação]*”.

Destaca-se aqui o papel central, nesta diferenciação entre pós-graduação e graduação, do sistema de avaliação. Na graduação ele seria interno, com muito maior controle do professor sobre o processo de ensino. Na pós-graduação tenderia a sair do domínio do professor, em razão do processo de avaliação predominantemente externo.

Como se apontou acima, muitos professores se referiram ao estresse, doenças de cunho depressivo e consumo freqüente de medicamentos ansiolíticos:

“*Nós acabamos de ter uma professora que se aposentou com quarenta e poucos anos por questões médicas. Ela começou a entrar em pânico e não queria mais vir trabalhar*”.

“*Teve uma professora que acabou de chegar do pós-doutorado. Ela voltou em outubro. Trabalhou de outubro a novembro, a partir do dia 20, e de novembro a dezembro. Tirou 45 dias de licença, janeiro e fevereiro, durante o semestre correndo devido à greve... Por questões, o atestado é psiquiátrico, entendeu? Na hora que eu fui distribuir aula pra ela vir talvez a pegar 12 h/a, a “mulher” jogou as coisas em cima da mesa: entrou em crise (...). Então você vê esse estresse que eu estou colocando, além das coisas do dia-a-dia*”.

No caso do professor que disse tomar ansiolítico - e que chegou a revelar que “*não ia contar*” - os medicamentos usados eram para atenuar a ansiedade e dores estomacais, sintomas psíquicos e físicos típicos do estresse: “*Eu tomo ansiolítico, porque senão eu não agüento isso aí*”. Complementou informando que também tomava remédio para o estômago e que fazia “*fisioterapia pro pescoço por conta do estresse*”. Em suma,

“tratamentos que não são preventivos”, mas sim para “tratar os males instalados”, como afirmou.

O mal instalado na saúde do professor é a contraface do mal instalado na universidade, nas suas potencialidades críticas e transformadoras que tendem a ser arrefecidas senão sufocadas pelas políticas de produção acadêmico-científicas e de avaliação – principal instrumento para a consolidação no cotidiano da ideologia do produtivismo acadêmico, com graves conseqüências para professores, alunos, gestores e funcionários.

Assim, para além da intensificação do trabalho em si, se coloca a questão de como tal se dá, ou seja, sob estresse: “Então é isso aí, quer dizer, não é que as pessoas estejam trabalhando mais, só, mas é o nível de estresse em que elas estão trabalhando”.

As notas atribuídas aos programas instituem concorrência por recursos financeiros e competição entre os pesquisadores de uma mesma área. Acirra-se a pressão sobre eles, sobre seus orientandos no doutorado, no mestrado e na iniciação científica e também sobre a própria coordenação, além de propiciar uma caça às bruxas interna aos programas, segundo uma racionalidade que interfere negativamente na formação do pós-graduando.

O estresse, assim, é produto de uma configuração socioinstitucional no qual a pressão atinge a todos. “Na hora que você admite um pós-graduando, você está celebrando com ele praticamente um contrato de que, se não houver sucesso, o fracasso é dos dois”. Ao que complementou, em referência à extensão da atual cultura da instituição universitária para além do trabalho do professor pesquisador: “o aluno de pós-graduação, ele também é um agoniado (...). Você é pressionado pelas agências, pressionado pelo aluno, e pressionado por você mesmo”.

O estresse, portanto, revela-se como processo dialético de desgaste biopsíquico e socioinstitucional que pode ser relacionado à reconfiguração das instituições republicanas e à crise do capital e à apropriação dos fundos públicos como estratégia para os impasses relativos à sua valorização. Pode também ser relacionado à intensificação do trabalho e à alienação, que se expressa na objetivação estranhada da prática do ser social do professor pesquisador. A alienação, como estado, e a utilidade, como valor, que predominam no cotidiano das práticas universitárias, tornam-se elementos fundamentais da heterogestão, assim como do adoecimento e estresse do professor, tudo sob o pretexto da valorização do acadêmico.

### Considerações finais

O individualismo, a competitividade e o produtivismo na universidade não existem como marcas a-históricas desta instituição, mas são requeridas no processo de produção da ciência e da tecnologia, mercadorias capitais do atual processo de produção de valor.

O fetiche do prazer e da paixão no trabalho acadêmico-científico se revelam como processo de deterioração das relações de trabalho e de estranhamento do professor pesquisador em relação às objetivações de um trabalho que se extensifica, se intensifica e se precariza.

O estresse parece se aliar ao conformismo ou à alienação. A sobrecarga de trabalho tende a se justificar pelo fetiche do prazer: “você suporta as piores condições, porque o prazer de achar algo novo”. Prazer que foi relativizado: “Tudo bem, dá prazer, mas o vício também dá prazer, e o vício mata!”.

As novas formas de gestão reproduzem a racionalidade instrumental. A manipulação da subjetividade se faz presente na universidade útil e caritativa a reboque da configuração do Estado-gestor e da ideologia produtivista do modelo Capes-Lattes. Indivíduos e grupos são induzidos comungarem com uma gestão heterônoma. São

moldados a serem produtivos e empreendedores e tendem a se aprisionar no arдил do produtivismo acadêmico muito bem engendrado em contexto não favorável à crítica com o rigor da teoria.

Não obstante, podemos afirmar que, na *praxis* educacional e no mundo do trabalho, não se apaga o sujeito histórico e ontológico cuja prática jamais será plenamente cooptada ou subsumida pela lógica pragmático-mercantil do capital. Quais são os sentidos que se mantêm no trabalho? Quais seriam as *tricheries* em sua dimensão positiva que são ainda viáveis? Eis algumas questões que ainda ficam abertas.

As tendências de consolidação das práticas avaliativas, por nós criticadas e compreendidas como elemento central da gestão heterônoma, fazem das propriedades da potência da subjetividade e da atividade humano-genérica uma possibilidade demasiado limitada no trabalho cuja ontogênese é a da sociabilidade produtiva e da débil liberdade da produção acadêmico-científica do ser social do professor pesquisador.

Os professores universitários tendem a desenvolver uma auto-imagem enaltecida que os conduz e ao mesmo tempo os aprisiona à ideologia do produtivismo acadêmico e à busca por prestígio, com conseqüências progressivamente prejudiciais à vida sociofamiliar, à saúde e às relações de trabalho, e, assim, à sobrevivência da universidade como uma instituição crítica de si e de seu tempo histórico. O lugar do debate e da dúvida tende a se configurar como *locus* privilegiado da disputa infantil, da prática interesseira. O intelectual é induzido - e às vezes o deixa ser, em grande medida, de forma consciente, em outras, inconscientemente - ao molde do profissional solitário, útil e mudo, útil à economia e mudo politicamente - por isso sofre profundamente, não raramente sem o saber.

Ao criticarmos o modelo de avaliação da pós-graduação e as conseqüências negativas para a ciência, universidade, relações de trabalho, vida sociofamiliar e saúde não estamos nos opondo à produtividade acadêmica nem à necessária existência de avaliação dos professores e programas e de critérios para distribuição de recursos para pesquisas, mas, outrossim, se opondo à ideologia do produtivismo e à heteronomia das práticas de avaliação.

### Referências:

BIANCHETTI, L; MACHADO, A. M. N. Trabalho docente no *strictu sensu*: publicar ou morrer?! In: FIDALGO, F; OLIVEIRA, M. A. M; FIDALGO, N. L. R. (orgs). **A intensificação do trabalho docente: tecnologia e produtividade**. Campinas, SP, Papirus, 2009.

\_\_\_\_\_. **Reféns da produtividade**: sobre produção do conhecimento, saúde dos professores e intensificação do trabalho na pós-graduação. Caxambu, MG: 30ª Reunião Anual da Anped, Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT09-3503--Int.pdf>. Acesso em dezembro de 2007.

BORGES, J. L. **O outro, o mesmo**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

DEJOURS, Christophe. A metodologia em psicopatologia do trabalho. In: LANCMAN, S., SZNELWAR, L. (orgs.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, parte I, cap.2, p.105-126, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pour une clinique de la médiation entre psychanalyse et politique: la psychodynamique du travail**. Paris: Bayard, 1993.

EMILIANO, N. **Sociabilidades e adoecimento nas universidades**: a saúde do trabalhador na Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Departamento de Serviço Social, Dissertação de Mestrado, 2008.

ENGELS. F. (1845). **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

LA BOÉTIE, E. De. **Discurso da servidão voluntária**. 3.ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

LUKÁCS, G. **Trabalho** (Tradução Ivo Tonet). Disponível em [http://sergiolessa.com/Novaartigos\\_etallil.html](http://sergiolessa.com/Novaartigos_etallil.html). Acesso em 13 de abril de 2010.

PAGÉS. M. **O poder das organizações**. Rio de Janeiro: RJ: Atlas, 1986.

PELEGRINI, R. **Discurso pedagógico da empresa**. Campinas, SP: Faculdade de Educação da UNICAMP, Tese de Doutorado, 2010.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 49ª reimpressão. 2008.

SGUISSARDI, V. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: **Universidade brasileira no século XXI**: desafios do presente. São Paulo, SP: Cortez, cap.5, p.140-161, 2009.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. **O trabalho intensificado na Federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, E. P. e; HELOANI, R. Gestão educacional e trabalho docente: aspectos socioinstitucionais e psicossociais dos processos de saúde-doença. Campinas, **Revista HISTEDBR**, n.33, p.207-227, mar. 2009.

SILVA JÚNIOR, J. dos R.; SGUISSARDI, V.; SILVA, E. P. e. Trabalho intensificado na universidade pública brasileira. Distrito Federal, **Universidade e Sociedade**, ano XIX, n.45, jan. 2010.

SILVA JÚNIOR, J. dos R; SILVA, E. P e. Carreira docente diante da atual configuração da pós-graduação. In: MANCIBO, D; SILVA JÚNIOR, J. dos R.; OLIVEIRA, J. F. de (orgs.). **Reformas e políticas**. São Paulo: Xamã, cap.8, p.189-222, 2008.

Recebido dia 20 de junho de 2010.

Avaliado dia 04 de julho de 2010.

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação da UFSCar.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação da UFSCar.

<sup>3</sup> Projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<sup>4</sup> O termo *tricherie* (DEJOURS, 1993) não possui a conotação pejorativa que no linguajar comum é geralmente atribuída aos termos “trapaça” “jeitinho” ou “gambiarra”. Ele se refere às renormatizações do trabalho prescrito que flexibilizam o modo operatório da tarefa, tornando-a mais eficaz e condizente à subjetividade do trabalhador.